

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das políticas de fomento cultural no município do Rio de Janeiro a partir de dados e de pesquisa de opinião realizada com agentes culturais da cidade. São discutidas questões referentes à territorialidade das políticas, aos tipos de editais e seu alcance junto aos postulantes, e ao perfil associativo e de participação social dos agentes. Conclui-se que há urgência em incluir a questão territorial na elaboração das políticas culturais e de definição de um Plano Municipal para o setor

Palavras-chave: Políticas culturais; Participação social; Territorialização.

ABSTRACT

This article presents an analysis of cultural policies promotion in the city of Rio de Janeiro based on data and an opinion survey carried out with cultural agents in the city. Issues related to the territoriality of policies, the types of public notices and their reach to applicants, and the associative and social participation profile of the agents are discussed. It is concluded that there is an urgent need to define a Municipal Plan for the sector and to include the territorial issue in the elaboration of cultural policies.

Keywords: Cultural policies; Social participation; Territorialization.

AUTORES

Veronica Diaz Rocha

Orlando Alves dos Santos Junior

Pâmela Matos

Taísa Sanches

Andrea Chiesorin

Mariana Luscher Albinati

Luiz Manoel Estrella

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir a política de fomento às atividades culturais no município do Rio de Janeiro, em especial por meio de editais de subsídio para projetos, a partir de dados coletados e da opinião dos próprios agentes culturais.¹

A discussão é realizada tomando como referência os resultados de um questionário aplicado na cidade do Rio de Janeiro, instrumento elaborado coletivamente pelos pesquisadores do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) e do Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ), com a participação de 13 lideranças de vários territórios, vinculados a diversas atividades e linguagens culturais. O questionário buscou complementar qualitativamente as informações extraídas da base de dados dos projetos inscritos nos editais da Lei Aldir Blanc (LAB), traçando o perfil dos agentes culturais e de sua atuação, com perguntas que abordavam temas como políticas culturais, participação e desafios para o setor.

A análise toma como referência as ideias de cidadania cultural (CHAUÍ, 1990) e de cultura no plural (CERTEAU, 1995), que conduzem reflexões sobre políticas culturais atentas às necessidades e desejos dos diferentes grupos sociais. Marilena Chauí (1990) utiliza o conceito de cidadania cultural, entendida como "direito de todos e de todas de produzir cultura e de participar das decisões na política cultural". Nessa concepção, poderíamos dizer que a cidadania cultural representa o direito de todos e de todas de criar e atribuir sentido às suas práticas sociais, pois, como afirma Certeau (1995, p. 242-243), "é criador o gesto que permite a um grupo inventar-se" e "uma coletividade social se faz produzindo uma linguagem cultural".

PERFIL DOS AGENTES

Um conjunto de 193 agentes culturais respondeu ao questionário, em uma amostra equilibrada quanto aos gêneros feminino (51%) e masculino (46%) e às etnias autodeclaradas: branca (50%) e negra (45%),

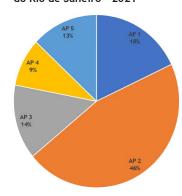
^{1.} Este é mais um produto da pesquisa "Diagnóstico Cultural — Estudo da Aplicação da Lei Aldir Blanc na Cidade do Rio de Janeiro", projeto do CLAEC — Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura — em parceria com o Observatório das Metrópoles. Um primeiro boletim foi publicado em maio deste ano, contendo uma análise inicial da implementação da Lei no município sobre os dados referentes ao Inciso II, que contemplava o financiamento a grupos e organizações culturais. (link: https://www.observatoriodasmetropoles.net. br/a-lei-aldir-blanc-na-cidade-do-rio-de-janeiro-reflexoes-iniciais/)

considerando-se esta como a soma dos que se declararam pretos e pardos, conforme classificação adotada pelo IBGE². O universo da amostra contou também com 10 pessoas com deficiência (5%) entre os respondentes.

Os dados territoriais dos agentes foram organizados por Áreas de Planejamento (AP) da cidade do Rio de Janeiro, situadas conforme o mapa 1³. É importante registrar que a AP é uma unidade territorial que não permite discernir as desigualdades socioespaciais reunidas em uma mesma área, como aquelas existentes entre favela e asfalto, por exemplo.

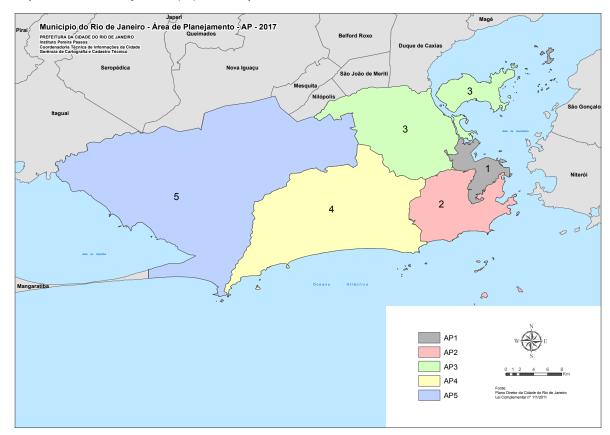
Agrupando-se o local de moradia por AP, temos uma participação destacada de residentes na AP2 (46%) e os demais distribuídos da seguinte forma: 18% na AP1; 14% na AP3; 9% na AP4 e 13% na AP5 (Figura 1). Do total da amostra, seis agentes (3,1%) que atuam na cidade do Rio de Janeiro residiam em outros municípios da Região Metropolitana e não estão considerados nas análises territoriais presentes no texto. Ainda em relação ao local de moradia, quase 22% moravam em áreas de risco ou favelas.

Figura 1: Distribuição da Amostra dos Agentes Culturais por Área de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro - 2021



Fonte: Pesquisa CLAEC/ OM (2021). Leitura acessível: O gráfico em forma de pizza mostra o percentual de respondentes por Área de Planejamento: na fatia maior, em laranja, 46% são da AP2; em azul, 18% são da AP1, em cinza, 14% da AP3, em azul-claro, 13% da AP5 e, em amarelo, 9% da AP4.

Mapa 1: Áreas de Planejamento (AP) do Município do Rio de Janeiro



Fonte: www.data.rio. Acesso em 28/10/2022.

Leitura acessível: O mapa é uma imagem geográfica do município do Rio de Janeiro. Ele mostra, em cinza, a AP1; em rosa, a AP2; em verde, a AP3; em amarelo, a AP4 e, em azul, a AP5. O território é delimitado pelas águas do oceano Atlântico, em azul-claro, e pelos municípios vizinhos, da região metropolitana, em branco.

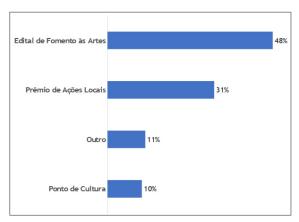
^{2.} Em relação ao gênero, 2% não quiseram responder; 1% se disseram não binárias; em relação à etnia, 2% se consideram indígenas; 2% não quiseram responder e 1% optaram por marcar a opção "outro".

^{3.} As áreas de planejamento (AP) da Cidade do Rio de Janeiro agrupam os bairros da seguinte forma: a AP1 corresponde à região central e inclui a Ilha de Paquetá; a AP2 engloba a Zona Sul e mais alguns bairros, como a Tijuca e Vila Isabel; a AP3 abrange a maior parte dos bairros da Zona Norte e a Ilha do Governador. Já as APs 4 e 5 abrangem a Zona Oeste da cidade, sendo que a AP4 inclui a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, enquanto na AP5 estão bairros altamente populosos, como Bangu, Campo Grande e Santa Cruz.

EDITAIS E FINANCIAMENTO À CULTURA

A maioria dos agentes que responderam (71%) já tinha se inscrito em editais da Prefeitura antes da pandemia. Nesse âmbito, sobressaem o edital de Fomento às Artes e o Prêmio de Ações Locais, com percentuais elevados de participação (48% e 31%, respectivamente). Com um número bem inferior de inscrições, aparece o edital de Ponto de Cultura (10%).

Figura 2: Participação dos agentes nos editais municipais



Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021. Observação: Respostas Múltiplas. Leitura acessível: o gráfico, de barras azuis horizontais, mostra o percentual de respostas para os editais municipais: Edital de Fomento às Artes, com 48%; o Prêmio de Ações Locais, com 31%; Outro, com 11% e Ponto de Cultura, com 10%.

Até o início dos anos 2000, o acesso ao apoio financeiro pelos órgãos governamentais dedicados à cultura se dava pela chamada prática de "balcão", na qual prevalecem interesses e relações pessoais. A realização de editais, apesar das muitas críticas que devem ser feitas, incorpora um mecanismo com potencial mais democrático, que pode contribuir para a ampliação da diversidade cultural quando acessado por agentes de diferentes grupos sociais.

O primeiro edital de apoio à cultura na cidade do Rio de Janeiro foi o Fundo de Apoio ao Teatro (FATE), criado em 2003 por pressões da classe teatral. Depois foram sendo criados editais separados por linguagens, como o FAM, para música, o FAAV, para as artes visuais, o FADA, para a dança. A partir de 2013, foram reunidos em um único edital, denominado Edital de Fomento às Artes. Ao longo do tempo, devido a demandas da sociedade civil, manteve-se o nome, mas foram incluídas linhas que extrapolam as linguagens tradicionais, como Artes Integradas, Infância, Incentivo ao Hábito de Leitura, Projetos para Museus, Cultura Afro e Matriz Africa-

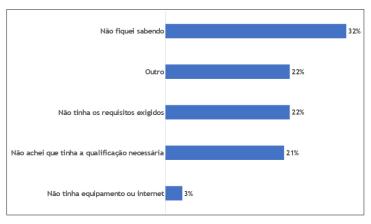
na, Pessoas com Deficiência e LGBT.

O Prêmio de Ações Locais, lançado inicialmente em 2014 pelo governo municipal, acompanhou o contexto da política de cultura e cidadania estabelecida pela gestão de Gilberto Gil à frente do então Ministério da Cultura. Era um edital voltado para projetos desenvolvidos em comunidades, com forte componente territorial, e constituiu um processo inovador pela inclusão de inúmeros agentes culturais periféricos, até então desconhecidos tanto pelo poder público quanto pelo conjunto da sociedade.

Já os Pontos de Cultura fazem parte do programa Cultura Viva, o maior e mais importante programa implementado no país pela gestão de Gil, que tinha como premissa fundamental a ideia de que todo cidadão potencialmente produz cultura — sendo merecedor de apoio financeiro por parte dos órgãos públicos. Essa política foi fundamental para a descentralização da produção cultural no país e por legitimar as atividades realizadas pelos mais diversos grupos espalhados por todo o território nacional. Criado em 2004, o programa foi institucionalizado através da Lei 13.018 de 22 de julho de 2014 e executado mediante convênios com os estados e municípios.

Entre os motivos pelos quais 29% dos agentes culturais nunca tinham se inscrito nos editais municipais, destacam-se: 32% afirmaram que não ficaram sabendo; o não atendimento aos requisitos exigidos é apontado por 22%; um conjunto de razões dispersas foi indicado por outros 22% da amostra; uma autopercepção quanto à ausência da qualificação necessária foi apontada por 21% dos respondentes e 3% sinalizaram não dispor de equipamentos ou internet.

Figura 3: Motivos para a não inscrição em editais



Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico, de barras azuis horizontais, mostra os motivos para a não inscrição nos editais: 32% das respostas foram para a opção "Não fiquei sabendo"; 22% apontaram "Não tinha os requisitos exigidos"; 22% indicaram "Outro"; 21% dos respondentes optaram por "Não achei que tinha a qualificação necessária" e 3% marcaram a opção "Não tinha equipamento ou internet".

Além da evidente necessidade de uma divulgação mais ampla, seria importante uma discussão sobre os processos de seleção e sobre a própria lógica dos editais. Como destaca Rocha (2021), há uma insatisfação bastante generalizada entre os agentes culturais, pois estes são colocados em competição entre si, obrigados a tornar-se produtores para lidar com a burocracia necessária, e os resultados dos editais, em geral, atendem a uma parcela muito reduzida do total de inscritos. O edital de Fomento à Cultura Carioca (FOCA), lançado em 2021 — posterior, portanto, à LAB, é representativo dessa realidade: do total de 5.478 projetos inscritos nas duas linhas do edital, foram apoiados apenas 304 projetos4, isto é, um percentual de aprovação de 5,5% do total de inscritos.

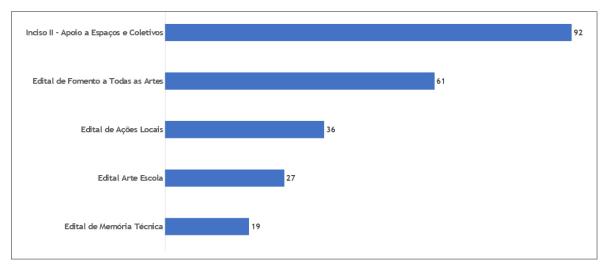
Quanto à lei de renúncia fiscal (Lei do ISS), apenas 82 agentes culturais — menos da metade (42%) dos que responderam ao questionário — se inscreveram para tentar apoio financeiro por essa via. Desses, apenas 12 conseguiram captar o suficiente para realizar o projeto, ou seja, 14,6% dos que se inscreveram no edital. Em suma, considerando-se o total da amostra, apenas 6,2% dos agentes conseguiram recursos por essa via. O processo para essa seleção é complexo e exige dos agentes capacidade de planejamento e investimento, além de conhecimentos no meio empresarial para conseguir patrocinadores. O mecanismo de renúncia fiscal, que transfere para o setor privado as escolhas sobre os projetos a serem apoiados, é criticado há muito tempo por agentes, gestores e pesquisadores em função de seu caráter elitista e concentrador de renda. (RUBIM, 2007).

A territorialidade dos proponentes é muito determinante no caso do edital do ISS: 64% dos 82 agentes que se inscreveram provinham das AP1 e AP2. Entre os 12 que conseguiram captar o suficiente para realizar seus projetos, 66% eram dessas regiões. Essa realidade se explica pelo caráter elitista mencionado, resultando no direcionamento do fundo público para organizações mais estabelecidas, situadas nas zonas mais abastadas da cidade.

Com a Lei Aldir Blanc (LAB) emerge uma experiência de implementação descentralizada dos recursos federais nos estados e municípios. Na cidade do Rio de Janeiro, tivemos o Inciso II, voltado para a manutenção de grupos e coletivos, e o Inciso III, que foi executado através de quatro editais.

Então, com relação à LAB municipal, 76% dos agentes culturais (142) se inscreveram para receber apoio. Quanto à modalidade de inscrição, o Inciso II foi o que despertou maior interesse: 92 respondentes (49%) se inscreveram para esse apoio, seguido pelo "Fomento a Todas as Artes", citado por 61 pessoas (33%); "Edital de Ações Locais" teve 36 respostas (19%); "Edital Arte e Escola", 27 (14%); e, por fim, "Edital de Memória Técnica", com 19 (10%). Entre os que não se inscreveram, o principal motivo mencionado foi "Não fiquei sabendo" (11), seguido por "Não tinha os requisitos exigidos" (9), ou seja, 6% e 5%, respectivamente.⁵

Figura 4: Participação nos editais da LAB municipal



Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021.

Observação: Respostas Múltiplas.

36 respostas, o Prêmio Arte & Escola teve 27 e o de Memória Técnica teve 19.

^{4.} Dados do edital FOCA 2021 em http://www.rio.rj.gov.br/ web/smc/exibeconteudo?id=13841738.

^{5.} O universo total considerado exclui os seis agentes da Região Metropolitana por estarem impedidos de se inscrever no edital da cidade.

Leitura acessível: O gráfico, de barras azuis horizontais, mostra a participação dos respondentes nos editais da LAB no município. Com maior incidência, o Inciso II, com 92 respostas; depois o Edital de Fomento a Todas as Artes, com 61; o Prêmio de Ações Locais teve

Como a LAB visava atender a emergência do campo cultural no momento da pandemia, o desconhecimento quanto aos editais utilizados para implementar a lei na cidade nos remete à questão da exclusão digital. Ainda são muitos os agentes que não têm acesso a equipamentos, à internet de qualidade ou aos conhecimentos necessários para navegar no mundo virtual e, por isso, não têm a chance de usufruir de seus direitos.

No entanto, na amostra avaliada, mais pessoas participaram dos editais da LAB do que de editais anteriores da prefeitura e, entre os que participaram, foram poucos os que não conseguiram apoio — apenas 19 proponentes não foram contemplados, ou seja, 13% daqueles que se inscreveram. Nesse sentido, a LAB mostrou-se também menos burocrática e mais abrangente do que os apoios normalmente concedidos.

Na distribuição territorial, a AP2 teve maior peso relativo no edital "Fomento a Todas as Artes", enquanto nos outros editais a participação das APs é equivalente. Essa diferença pode ser explicada pelo fato de que o valor concedido no edital de Fomento (R\$ 50 mil) era maior do que nos outros editais, o que atraiu de forma majoritária os proponentes da AP2, que historicamente dominam o campo cultural.

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO

A análise revela que os agentes apresentaram um nível bastante elevado de engajamento associativo e participação sociopolítica, sendo que 52% do total afirmaram ter vínculos com algum movimento de classe, associação ou sindicato da área cultural (dimensão associativa) e 65% afirmaram participar em grupos de discussão sobre as políticas culturais da cidade, tais como fóruns, grupos da sociedade civil, assessoria de vereador etc. (dimensão participativa).

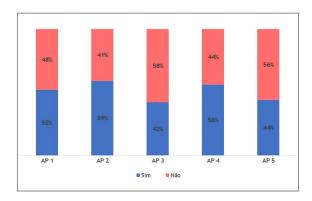
Verifica-se que há mais associativismo nas AP1, AP2 e AP4, enquanto, nas AP3 e AP5, o engajamento é bem inferior do que nas demais (Figura 5).

No que se refere à dimensão participativa, a AP3 se destaca com menor percentual de agentes com participação nos espaços de discussão sobre as políticas culturais da cidade (Figura 6). A análise comparativa entre o grau de participação dos agentes das áreas consideradas como de risco e as demais áreas da cidade não mostra diferenças significativas, com percentuais muito próximos entre as duas, alcançando 63% de participação nas primeiras e 67% nas demais áreas, respectivamente.

Como observado, a dimensão participativa é mais

presente do que a dimensão associativa, o que pode ser explicado pelas dinâmicas que as caracterizam. Enquanto a dimensão associativa requer a construção de identidades coletivas e espaços de articulação (SADER, 2007), a dimensão participativa responde a lógicas mais imediatas da prática cultural, incluindo as emergenciais, como a alocação de recursos e as prioridades em termos das políticas públicas.

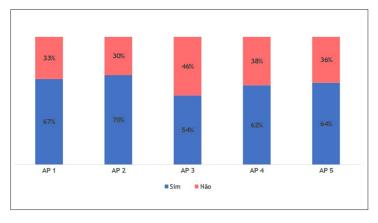
Figura 5: Dimensão associativa — Vínculo com movimento de classe, associação ou sindicato da área cultural



Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico tem 5 barras empilhadas, associadas às 5 áreas de planejamento, com duas cores em cada uma. Em azul, está a resposta "sim" e, em vermelho, a resposta "ñao", quanto ao engajamento em movimento de classe, associação ou sindicato da área cultural. Na 1ª barra — AP1: 52% em azul e 48% em vermelho; na 2ª barra — AP2: 59% em azul e 41% em vermelho; na 3ª barra — AP3: 42% em azul e 58% em vermelho; na 4ª barra — AP4: 56% em azul e 44% em vermelho, na 5ª barra — AP5: 44% em azul e 56% em vermelho.

Figura 6: Dimensão participativa — Engajamento em grupo de discussão sobre as políticas culturais da cidade (fóruns, grupos da sociedade civil, assessoria de vereador etc.)



Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico tem 5 barras empilhadas, associadas às 5 áreas de planejamento, com duas cores em cada uma. Em azul, está a resposta "sim" e, em vermelho, a resposta "não", quanto à participação em grupo de discussão sobre as políticas culturais da cidade (fóruns, grupos da sociedade civil, assessoria de vereador etc.). Na 1ª barra — AP1: 67% em azul e 33% em vermelho; na 2ª barra — AP2: 70,1% em azul e 30% em vermelho; na 3ª barra — AP3: 54% em azul e 46% em vermelho; na 4ª barra - AP4: 62% em azul e 38% em vermelho, na 5ª barra - AP5: 64% em azul e 36% em vermelho.

PRIORIDADES NO SETOR CULTURAL

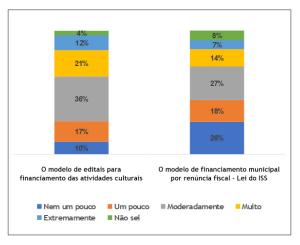
Na opinião dos agentes culturais sobre as prioridades do governo municipal na elaboração de políticas culturais, o financiamento para as atividades surge como o tema mais mencionado, seguido pela qualificação dos equipamentos culturais e pela redução da desigualdade na distribuição territorial dos serviços e recursos. Pode-se inferir que a reivindicação pela redistribuição territorial da política cultural qualifica as demais prioridades, ao implicar o acesso mais inclusivo aos recursos e infraestrutura cultural nos diferentes territórios da cidade.

Entre os temas menos mencionados, destaca-se a reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), o uso de tecnologias digitais e a gratuidade da internet para atividades culturais. De certa forma, esses dois últimos pontos podem ser considerados surpreendentes, já que o questionário foi implementado numa situação de pandemia em que as atividades presenciais tiveram que ser substituídas por atividades remotas.

A avaliação dos agentes quanto às formas de financiamento mostra que a insatisfação em relação à Lei do ISS (fomento indireto), é quase três vezes maior do que em relação aos editais do fomento direto (27% e 10%, respectivamente). Aqueles que se mostraram moderadamente, muito, e extremamente favoráveis ao modelo de editais representam 73% da amostra, ao passo que, para a renúncia fiscal, esse percentual fica em 54%.

A insatisfação quanto à Lei municipal do ISS pode ser justificada pelo dado anteriormente apresentado, que revela como esse mecanismo é bastante restrito, enquanto os outros editais (incluindo a LAB) conseguem chegar a uma diversidade maior de agentes culturais.

Figura 7: Satisfação dos agentes quanto aos modelos para financiamento cultural



Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico tem duas barras empilhadas, cada uma dividida em 6 camadas coloridas que indicam as gradações de satisfação. A 1ª barra mostra a opinião dos agentes culturais quanto ao modelo de editais: em azul, 10% optaram por "Nem um pouco" satisfeito; em laranja, 17% por "Um pouco"; em cinza, 36% por "moderadamente" satisfeito; em amarelo, 21% se colocam como "Muito" satisfeitos; em azul-claro, 12% optam por "Extremamente" satisfeitos e, em verde, 4% dizem "Não sei". A 2ª barra mostra a opinião quanto ao financiamento por renúncia fiscal (Lei do ISS): em azul, 26% optaram por "Nem um pouco" satisfeito; em laranja, 17% por "Um pouco"; em cinza, 36% por "moderadamente" satisfeito; em amarelo, 21% se colocam como "Muito" satisfeitos; em azul-claro, 12% optam por "Extremamente" satisfeitos e, em verde, 4% dizem "Não sei".

Tabela 1: Opinião dos agentes quanto às prioridades que deveriam ser adotadas pela prefeitura no setor cultural

Em sua opinião, quais deveriam ser as prioridades da prefeitura no setor da Cultura? (Escolha até 5 opções)		
Financiamento para as atividades	154	17,4%
Expansão, manutenção e melhoria dos equipamentos	110	12,5%
Redução da desigualdade na distribuição territorial dos serviços e recursos	95	10,8%
Formação artística e cultural dos agentes culturais	81	9,2%
Formação de público	70	7,9%
Valorização do patrimônio artístico, histórico e cultural	66	7,5%
Estímulo e reconhecimento da participação dos agentes culturais nas decisões	61	6,9%
Suporte, acesso e qualificação de espaços públicos	58	6,6%
Garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência	54	6,1%
Apoio às manifestações culturais tradicionais	50	5,7%
Reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura	40	4,5%
Internet grátis em espaços culturais públicos	23	2,6%
Formação e condições de uso de tecnologias digitais nos equipamentos culturais	21	2,4%
Total	883	100%

Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021. Observação: Respostas múltiplas, assinalando-se até cinco prioridades.

Tabela 2: Opinião dos agentes culturais quanto aos princípios norteadores dos editais

Em sua opinião, quais princípios deveriam nortear as seleções públicas para financiamento?		
Redução da desigualdade na distribuição territorial de recursos	127	14,8%
Apoios de longo prazo	95	11,1%
Impacto sociocultural na comunidade e/ou território	83	9,7%
Simplificação dos processos e formulários	77	9,0%
Apoio a ações afirmativas	70	8,1%
Transparência dos critérios	62	7,2%
Diversidade de temáticas e linhas de apoio	51	5,9%
Prioridade para proponentes Pessoas Físicas	50	5,8%
Vínculo com comunidades locais	50	5,8%
Acessibilidade para pessoas com deficiência	38	4,4%
Atendimento a proponentes de distintas capacidades de gestão	36	4,2%
Apoios específicos para profissionais de funções técnicas	30	3,5%
Divulgação dos componentes das bancas	22	2,6%
Maior divulgação das seleções	21	2,4%
Inovação ou ineditismo da proposta	20	2,3%
Ampliação dos prazos para inscrição, recursos e entrega de documentos	20	2,3%
Inovação nas formas de divulgação	7	0,8%
Total	859	100,0%

Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021.

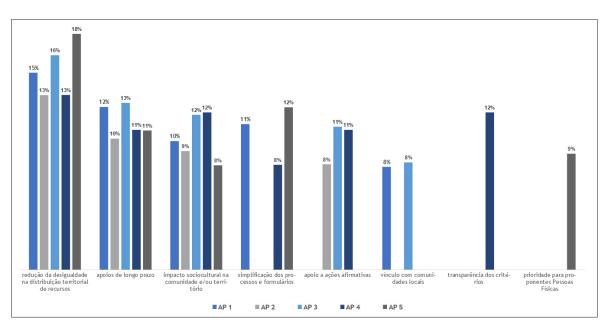
Com relação aos princípios que, para os agentes, deveriam nortear as seleções públicas para financiamento, entre 17 opções apresentadas, a Tabela 2 mostra as opções escolhidas em ordem decrescente do número de respostas.

Analisando as escolhas dos cinco princípios mais mencionados por cada uma das APs, observase, na Figura 8, que "redução da desigualdade na distribuição territorial dos recursos" foi considerado como o mais relevante pelos agentes culturais de todas as áreas, sendo o mais mencionado por aqueles da AP5.

Figura 8: Princípios prioritários para as seleções de financiamento por AP

Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico, de barras verticais coloridas, mostra os oito princípios mais mencionados pelos agentes das diversas APs, sendo em azul as escolhas da AP1, em cinza, as da AP2, em azul-claro as da AP3, em azul-escuro as da AP4 e em cinza-escuro as da AP5. Os princípios "redução das desigualdades na distribuição territorial de recursos", "apoios de longo prazo" e "impacto sociocultural na comunidade e/ou território" foram os mais mencionados e estão no lado esquerdo do gráfico, com barras de todas as cores. "Simplificação dos processos e formulários" é apontado pelas APs 1, 2 e 5; "apoio a ações afirmativas" é mencionado pelas APs 2, 3 e 4; "vínculo com comunidades locais" tem barras azul e azul-claro (APs 1 e 3) indicando 8%; a AP4 aparece em "transparência dos critérios" com 12% e "prioridade para proponentes Pessoas Físicas é sinalizado pela AP5 (9%).



Tal dado aponta a urgência de inclusão do fator espacial no desenho de políticas públicas culturais. Outros dois princípios presentes entre os mais mencionados em todas as APs são "impacto sociocultural nas comunidades e territórios" e "apoio de longo prazo". Cabe registrar que a reivindicação de "apoio às ações afirmativas" se destacou como uma prioridade nas APs 2, 3 e 4 e "simplificação dos processos e formulários" nas APs 1, 2 e 5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível assinalar alguns pontos que sobressaem a partir da análise apresentada. Um deles ilumina o fato de que as políticas voltadas para o financiamento cultural, afora o mecanismo de incentivo fiscal via dedução do ISS, não estão vinculadas a leis, sendo majoritariamente desenhadas no formato de seleção de projetos de curto prazo. Essa prática confere fragilidade ao setor cultural em função do baixo grau de institucionalidade, tornando a regularidade e o volume do financiamento à cultura dependentes dos interesses de cada gestão governamental. Nessa perspectiva, o fortalecimento do setor requer a configuração de um sistema municipal de cultura, fundado em uma regulamentação legal instituída, com mecanismos de participação e controle, instrumentos de gestão e financiamento.

Apesar da conquista representada pela existência dos processos seletivos guiados por editais públicos, verifica-se a necessidade de aprimoramento desse modelo, uma vez que o "financiamento para as atividades" foi a prioridade para a política cultural mais apontada pelos agentes nesta pesquisa. Além disso, cabe destacar que a necessidade de "apoios de longo prazo" foi sinalizada entre os cinco princípios mais relevantes por agentes de todas as Áreas de Planejamento.

No que se refere à análise territorial, destaca-se o maior envolvimento dos agentes culturais na discussão das políticas (dimensão participativa) do que seu engajamento em movimentos de classe, associações ou outras formas de organização da área cultural (dimensão associativa). O maior interesse na participação sociopolítica talvez possa ser explicado pela necessidade de pressionar o poder público para garantir o atendimento de suas reivindicações e pela própria volatilidade dos mecanismos de fomento. No entanto, também vale refletir se um maior engajamento associativo dos agentes não poderia fortalecer suas reivindicações e facilitar a conquista de dispositivos que promovessem maior estabilidade para a atuação no campo.

Depreende-se da pesquisa a urgência em estabelecer melhores critérios para a inserção da variável espacial na elaboração das políticas culturais, pois a "redução da desigualdade na distribuição territorial dos recursos", além de ser a terceira prioridade sugerida pelos agentes ao poder público, com relação às seleções de fomento é o princípio elencado em primeiro lugar pelos respondentes de todas as áreas da cidade. É válido destacar que as políticas culturais para a cidade do Rio de Janeiro, tanto de âmbito municipal como estadual, vêm avançando nesse sentido, ora com a promoção de editais específicos para territórios populares, ora com pontuações distintas para projetos oriundos destes. No entanto, a avaliação dos agentes evidencia a precariedade com que essas medidas de redução de desigualdades vêm sendo implementadas, demandando estudos mais aprofundados que relacionem as dinâmicas territoriais às especificidades da área cultural, a fim de elaborar instrumentos eficientes.

Também apontado por todas as APs, o uso do critério "impacto sociocultural nas comunidades e territórios" nos editais revela a importância dada à dimensão social da cultura. Nessa linha, podemos considerar os princípios de "apoio a ações afirmativas", assinalado pelos agentes das APs 2, 3 e 4, e "vínculo com as comunidades locais", pelos agentes das AP1 e AP3.

Por outro lado, reivindicações no sentido do atendimento ao artista ou produtor menos estruturado expressam-se nas escolhas pelos princípios "simplificação dos processos e formulários", relevante para os agentes das APs 1, 2 e 5; "prioridade para proponente pessoa física", indicado por agentes da AP5, e, ainda, "transparência de critérios", para agentes da AP4. Nesse último caso, podemos levantar a hipótese de que a frustração da expectativa quanto ao potencial democrático dos editais, somada às exigências do formato seletivo e à baixa formação dos agentes, junto com a conhecida reincidência de contemplados, poderia — com razão — levantar questionamentos quanto aos critérios utilizados.

Por fim, permanece premente o desafio da aprovação do plano municipal de cultura, cujo processo foi iniciado e sucessivamente interrompido. O plano deverá contribuir com o estabelecimento de prioridades e compromissos financeiros e com a continuidade das políticas no campo cultural, além de possibilitar o acesso aos recursos do Sistema Nacional de Cultura. Para isso, os municípios precisam instituir um fundo, um conselho e um plano de cultura, sendo este último a única pendência do Rio de Janeiro. A incompletude do sistema municipal e sua desconexão com o sistema nacional aprofundam a instabilidade

de um setor que, se muito contribui para a vida coletiva e de cada cidadão, ainda não obteve o devido reconhecimento social e a correspondente valorização orçamentária na gestão pública.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Uma política de Cidadania Cultural. Entrevista a Gabriel Cohn. In: **Revista Lua Nova**, nº 20, São Paulo, maio de 1990.
- ROCHA, Veronica. Distribuição territorial do fomento direto à cultura: caso da cidade do Rio de Janeiro entre 2014 e 2018. **Anais do XVII ENE-CULT**, online, 2021. Disponível em: http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/131749.pdf. Acesso em 20 set. 2022.
- RUBIM, Albino. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Politicas%20culturais%20no%20Brasil.pdf. Acesso em 14 set. 2022.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 − 1980. São Paulo: Paz e Terra, 2007. ■

- Veronica Diaz Rocha é mestre em Políticas
 Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e
 doutoranda pelo mesmo programa. Pesquisadora
 associada ao Centro Latino Americano de
 Estudos em Cultura (CLAEC).
 veronicadia@gmail.com
- Orlando Alves dos Santos Junior é doutor em planejamento urbano e regional; professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, pesquisador da rede Observatório das Metrópoles.

 orlando.santosjr@gmail.com
- Pâmela Matos é economista pela IE/UFRJ, mestranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e pesquisadora associada ao CLAEC. pammts@gmail.com
- Taísa Sanches é pesquisadora de pós-doutorado e professora colaboradora no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR/UFRJ), bolsista FAPERJ nota 10. Mestre e doutora em Ciências Sociais (PUC-Rio) taisasanches@gmail.com
- Andrea Chiesorin é doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) mestre em políticas públicas e formação humana, pesquisadora associada ao CLAE. andreachiesorin@gmail.com
- Mariana Luscher Albinati é doutora em
 Planejamento Urbano e Regional, professora do
 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
 e Regional IPPUR/UFRJ e pesquisadora do
 Observatório das Metrópoles.
 marianalbinati@yahoo.com.br
- Luiz Manoel Estrella é mestre em Estudos da Cultura (Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE), pesquisador associado ao CLAEC. luizmestrella@gmail.com